



Comissão de Serviços Públicos

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG



PARECER PARA DISCUSSÃO EM PRIMEIRO TURNO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 5, DE 2006

Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores da Prefeitura Municipal de Indianópolis e dá outras providências.

Autor: Prefeito Municipal

Relator: Adailton Borges Amaro

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar n.º 5, de 2006, em epígrafe, da lavra do Prefeito Municipal, dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores da Prefeitura Municipal de Indianópolis.

A proposição acha-se dividida em dez capítulos e contempla os cargos de provimento efetivo e em comissão, bem como as funções de confiança, dispondo sobre carga horária, os quantitativos e níveis de vencimentos, as atribuições dos cargos, a definição das perspectivas de desenvolvimento funcional, regras de avaliação de desempenho funcional e normas quanto ao provimento dos cargos.



Comissão de Serviços Públicos

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG



Acompanha o projeto a estimativa do impacto orçamentário e financeiro decorrente da implantação do plano de cargos e carreira, no atual e nos dois exercícios subsequentes.

O projeto encontra-se, ainda, instruído por declaração do Prefeito, atestando que o aumento da despesa com a implantação do plano tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão, durante o prazo regimental previsto.

No último dia 27 de novembro, este projeto foi distribuído a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação para, nos termos do art. 40 c/c o art. 62, do Regimento Interno, receber parecer quanto ao seu mérito.

Este é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

O plano de cargos e carreiras proposto atende, de forma satisfatória, ao interesses dos servidores e, principalmente, da Administração municipal.

Regras importantes estão sendo implantadas, que merecem ser destacadas.



Comissão de Serviços Públicos

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG



Com acerto, o projeto prevê a progressão do servidor, na horizontal, por merecimento, e na vertical, por tempo de serviço. As carreiras estão estruturadas de forma a permitir a progressão, que é a passagem do servidor de seu nível e padrão de vencimentos para outros, imediatamente superiores, dentro da faixa ~~de~~ remuneratória a que pertence, pelo critério de merecimento e tempo de serviço. Com isso, o servidor tem avanços funcionais sem que haja um enriquecimento ou ampliação de suas atribuições.

Porém, o projeto estabelece que a progressão por merecimento deve está condicionada à avaliação positiva do desempenho do servidor. O agente desidioso e improdutivo ficará estagnado na carreira, além de correr o risco de perder o cargo.

A avaliação de desempenho é, sem dúvida, medida muito oportuna. É prioridade no diz respeito à gestão de pessoal. Consiste no processo de acompanhamento do servidor no exercício do cargo que ocupa, possibilitando o encadeamento de ações corretivas que permitam o desenvolvimento das habilidades necessárias a um desempenho desejado no trabalho, visando à melhoria dos serviços prestados.

Entre os objetivos da avaliação de desempenho individual, pode-se mencionar:

- aprimorar o desempenho dos servidores;
- valorizar e reconhecer o desempenho eficiente do servidor.
- aferir o desempenho do servidor no exercício de cargo ocupado ou função exercida;
- identificar as necessidades de capacitação do servidor;



Comissão de Serviços Públicos

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG



- Fornecer subsídios à gestão da política de recursos humanos;
- contribuir para o crescimento profissional e para o desenvolvimento de novas habilidades do servidor;
- possibilitar o estreitamento das relações interpessoais e a cooperação dos servidores entre si e suas chefias; e
- contribuir para a implementação do princípio da eficiência na Administração municipal.

De acordo com o plano, vários aspectos da vida funcional do servidor passarão a depender da avaliação de desempenho, em especial:

- a) progressão na carreira, na horizontal;
- b) aprovação em estágio probatório; e
- c) dispensa do serviço público, por desempenho insuficiente.

Os critérios propostos, para efeito de avaliação, são suficientes e permitirão o aferimento do desempenho periódico de forma impessoal e objetiva.

Outro aspecto positivo é a concessão de gratificação de incentivo ao aperfeiçoamento funcional. O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo que obter formação em nível de ensino superior à exigida na época da investidura no cargo fará jus à gratificação, que varia de 5% a 20%, de acordo com o nível de ensino.

É acertada essa proposta na medida em que incentiva o servidor qualificar-se permanentemente.



Comissão de Serviços Públicos

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG



No que tange aos critérios da evolução na carreira, o projeto traz regras mais claras e objetivas, o que tornará mais transparente e objetiva a concessão de promoções funcionais.

Para completar a reformulação da legislação sobre pessoal, deve agora ser feita a revisão da lei que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores (Estatuto dos Servidores), para harmonizar com as regras inauguradas pelo plano de cargos e carreiras, em apreciação.

III - CONCLUSÃO


Diante do exposto, esta Comissão acolhe o voto do Relator e opina, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar n.º 5, de 2006.

Sala das Reuniões, 4 de dezembro de 2006.


ADAILTON BORGES AMARO
Relator

LUSMAR ANTÔNIO PEREIRA
Presidente


ANIDSON GABRIEL DA SILVA
Membro

Aprovado em 4 / 12 / 06
por unanimidade


Presidente da Comissão



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS



**EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 1 AO PROJETO DE
LEI COMPLEMENTAR N.º 5, DE 2006**

Os §§ 1º e 2º, do Projeto de Lei Complementar n.º 5, de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

§ 1º O provimento dos cargos em comissão será feito de forma a assegurar que, no mínimo, cinquenta por cento deles sejam ocupados por servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Município.

§ 2º O número de cargos em comissão do Município não poderá ultrapassar dezessete por cento do total de cargos efetivos existentes.”

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa reduzir o percentual de cargos em comissão a serem ocupados por servidores municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo.

Visa, também, ampliar para 17% o número máximo de cargos comissionados do Município em relação ao total de cargos efetivos existentes.

Entendo que esses percentuais são os mais adequados para a realidade administrativa do Município.

Sala das Reuniões, 4 de dezembro de 2006.

Clodoaldo José Borges
CLODOALDO JOSÉ BORGES
Vereador